

representa.coop



INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 12 – ano 2026

30 de março a 3 de abril de 2026





SUMÁRIO

- Reunião de despedida de ministros do Governo Feral;
- Qual o destino dos ministros exonerados?
- Semana de articulação da janela partidária;
- Balanço da produção legislativa da ALEP
- A participação da OCEPAR no debate público da ALEP;
- Destaque de normativos da semana.

REUNIÃO MARCA A DESPEDIDA DE MINISTROS

O dia 4 de abril marca um dos principais momentos do calendário eleitoral brasileiro: **o prazo de seis meses antes das eleições, que também corresponde ao limite legal para a desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos** que pretendem disputar o pleito. A regra impõe o afastamento de ministros de Estado e outras autoridades, com o objetivo de garantir maior equilíbrio na disputa eleitoral.

Nesse contexto, a semana foi marcada por uma ampla reorganização na Esplanada dos Ministérios em Brasília, refletindo o início mais intenso do ciclo eleitoral de 2026. Como parte desse movimento, o presidente da República promoveu, no dia 31 de março, uma **reunião ministerial de despedida com o atual desenho do primeiro escalão**. O encontro marcou simbolicamente a transição de governo para o período eleitoral, reunindo ministros que deixarão seus cargos para concorrer em outubro, sob clima de prestação de contas. Na ocasião, Lula confirmou que ao menos 18 ministros se desincompatibilizarão, número que pode chegar a cerca de 20 integrantes do primeiro escalão, configurando uma das maiores movimentações desse tipo desde a redemocratização.

As mudanças atingem pastas estratégicas e envolvem nomes de peso do governo, como Simone Tebet (Planejamento), Carlos Fávaro (Agricultura), Marina Silva (Meio Ambiente), Renan Filho (Transportes), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), entre outros. Também foi confirmada a saída do vice-presidente Geraldo Alckmin do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, mantendo-se, contudo, como candidato à vice-presidência na chapa de Lula. A estratégia adotada pelo Planalto tem sido a substituição dos ministros por seus respectivos secretários-executivos, buscando dar continuidade administrativa e menor custo político durante o período eleitoral.

Esse movimento ocorre em um contexto de intensificação da competição política e reorganização das forças partidárias, **no advento da janela partidária**, com impacto direto na articulação do governo junto ao Congresso Nacional. A saída simultânea de um número elevado de ministros tende a **reconfigurar canais de interlocução e a dinâmica decisória no curto prazo, ao mesmo tempo em que projeta lideranças do Executivo para a disputa eleitoral**. Trata-se, portanto, de um momento-chave que combina imperativos legais, estratégia política e gestão administrativa no âmbito do governo federal.



PARA ONDE VÃO OS MINISTROS EXONERADOS?

As exonerações já publicadas no Diário Oficial da União indicam um movimento consistente de desincompatibilização no governo federal. Até o momento, **16 ministros** já tiveram suas saídas formalizadas, número que ainda deve crescer nos próximos dias, podendo alcançar algo entre 18 e 20 integrantes do primeiro escalão até o prazo final de 4 de abril.

Em perspectiva comparada, o volume atual é superior ao observado em 2022, no governo Jair Bolsonaro, quando cerca de 8 a 10 ministros deixaram seus cargos para disputar as eleições. O ex-presidente soube projetar nomes competitivos eleitoralmente como a Senadora Damares Alvez (REP) e o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (REP). O **patamar de saídas, também se aproxima, supera o registrado em 2006**, no primeiro mandato de Lula, quando houve 14 desincompatibilizações, evidenciando uma mobilização mais intensa da estrutura governamental para o processo eleitoral.

Do ponto de vista estratégico, **cargos ministeriais funcionam como importantes ativos eleitorais**. A visibilidade pública, a capacidade de articulação institucional e o acesso a agendas estratégicas, **fortalecem a construção de capital político dos ministros nos estados**, impulsionando especialmente candidaturas ao Senado e para governador. A saída de ministros revela uma porta giratória, não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas uma estratégia de projeção eleitoral a partir da estrutura do Poder Executivo.

Quadro – Mapa das desonerações e intenções eleitorais dos ministros de estado:

Nome	Partido	Cargo no Governo	Destino Eleitoral
Geraldo Alckmin	PSB	Vice-presidente / MDIC	Vice-presidente (reeleição)
Simone Tebet	MDB	Planejamento e Orçamento	Senado (SP)
Marina Silva	REDE	Meio Ambiente	Senado (SP)
Carlos Fávaro	PSD	Agricultura e Pecuária	Senado (MT)
Rui Costa	PT	Casa Civil	Senado (BA)
Gleisi Hoffmann	PT	Relações Institucionais	Senado (PR)
Fernando Haddad	PT	Fazenda	Governo de SP
Renan Filho	MDB	Transportes	Governo de AL
Jader Filho	MDB	Cidades	Deputado Federal (PA)
Paulo Teixeira	PT	Desenvolvimento Agrário	Deputado Federal (SP)
Silvio Costa Filho	Republicanos	Portos e Aeroportos	Deputado Federal (PE)
Anielle Franco	PT	Igualdade Racial	Deputada Federal (RJ)
Macaé Evaristo	PT	Direitos Humanos	Deputada Estadual (MG)
Camilo Santana	PT	Educação	A definir
Sônia Guajajara	PSOL	Povos Indígenas	A definir
André Fufuca	PP	Esporte	A definir

Fonte: Elaboração própria, com base no Diário Oficial da União, e declarações dos ministros.

ARTICULAÇÃO DOS PARTIDOS NA JANELA PARTIDÁRIA ESVAZIA A AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL

A semana no Congresso Nacional foi marcada por uma agenda esvaziada, em razão das **intensas articulações relacionadas à janela partidária**. O prazo se encerra em 3 de abril e permite que deputados federais e estaduais troquem de legenda sem prejuízo ao mandato, em um contexto de reconfiguração do sistema partidário brasileiro impulsionado pelas mudanças da reforma política de 2017, que reduz o número de partidos disponíveis.

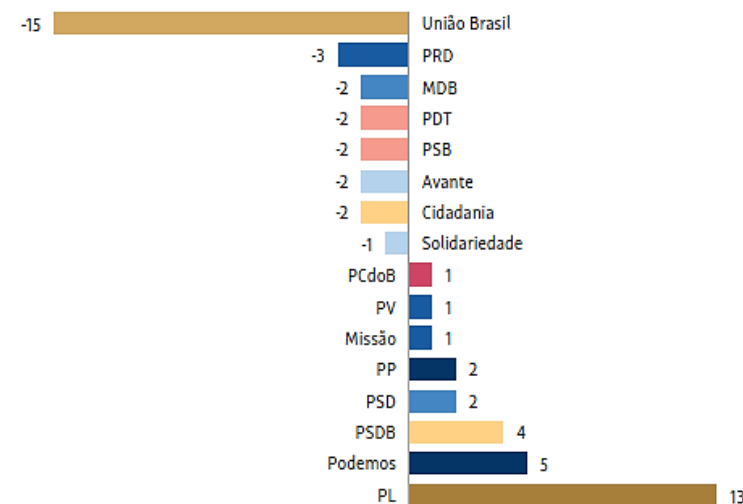
A migração de partidos na janela ganhou mais relevância diante da implementação da **cláusula de desempenho, que, em 2026**, exigirá dos partidos pelo menos 2,5% dos votos válidos em nove estados (com mínimo de 1,5% em cada) ou a eleição de 13 deputados federais também distribuídos nacionalmente para acesso pleno aos fundos partidário e eleitoral. Somado ao fim das coligações proporcionais, o novo arranjo altera profundamente os incentivos, **tornando a escolha partidária mais estratégica e dependente da sobrevivência eleitoral e do acesso a recursos**.

Institucionalmente, a janela partidária consolidada pela Emenda Constitucional 91/2016 é o principal mecanismo que permite **a migração sem perda de mandato para cargos proporcionais**. Fora desse período, a troca só é possível em hipóteses específicas, como justa causa reconhecida pela Justiça Eleitoral, fusões ou criação de novos partidos, o que reforça o caráter concentrador desse momento no calendário político.

Os movimentos observados indicam um reposicionamento estratégico dos parlamentares, **com migração em direção a partidos mais competitivos e com candidaturas presidenciais fortes**, em função do efeito de arrasto eleitoral. Ao mesmo tempo, legendas menores enfrentam maior vulnerabilidade diante da restrição de recursos, o que pode acelerar processos de fusão, federação ou incorporação. Mais do que um evento pontual, a janela partidária se consolida como um instrumento central na reorganização do sistema partidário, e a OCEPAR acompanha os principais acontecimentos desse fenômeno de forma estratégica;

Até o momento, **a janela partidária revela um movimento de concentração**: o PL surge como principal beneficiado, podendo alcançar 104 deputados federais e se consolidar como a maior bancada da Câmara. Em contrapartida, o **União Brasil lidera as perdas no período**, enquanto o PSDB apresenta sinais de recomposição ao voltar a atrair parlamentares e buscar algum reposicionamento no cenário político.

Migrações partidárias na Câmara (até 01/04/2026):



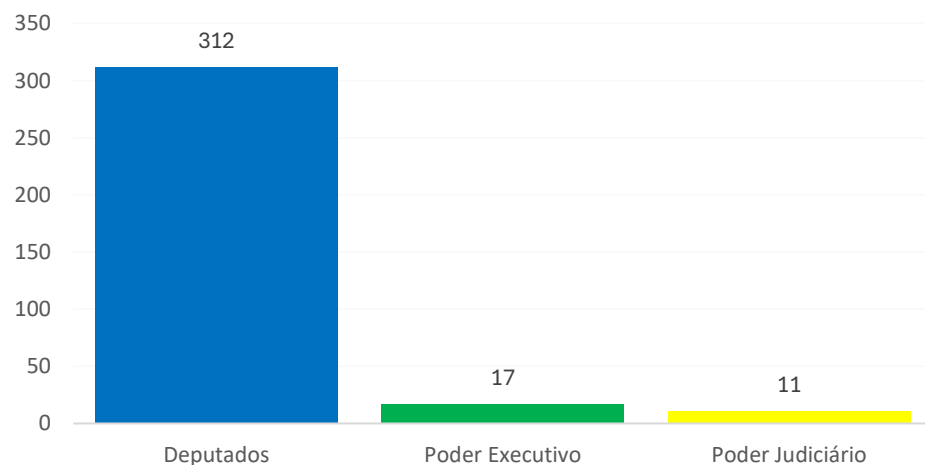
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara e levantamentos da mídia;

BALANÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO MÊS DE MARÇO

Apesar de se tratar de um ano eleitoral, a **Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)** mantém um ritmo expressivo de atividades, com a apresentação de 339 projetos de lei do mês de fevereiro até o momento. O volume demonstra que, mesmo diante das dinâmicas políticas próprias do período, os parlamentares seguem atuantes na formulação de propostas, indicando continuidade na produção legislativa e na disputa por agendas relevantes junto à sociedade.

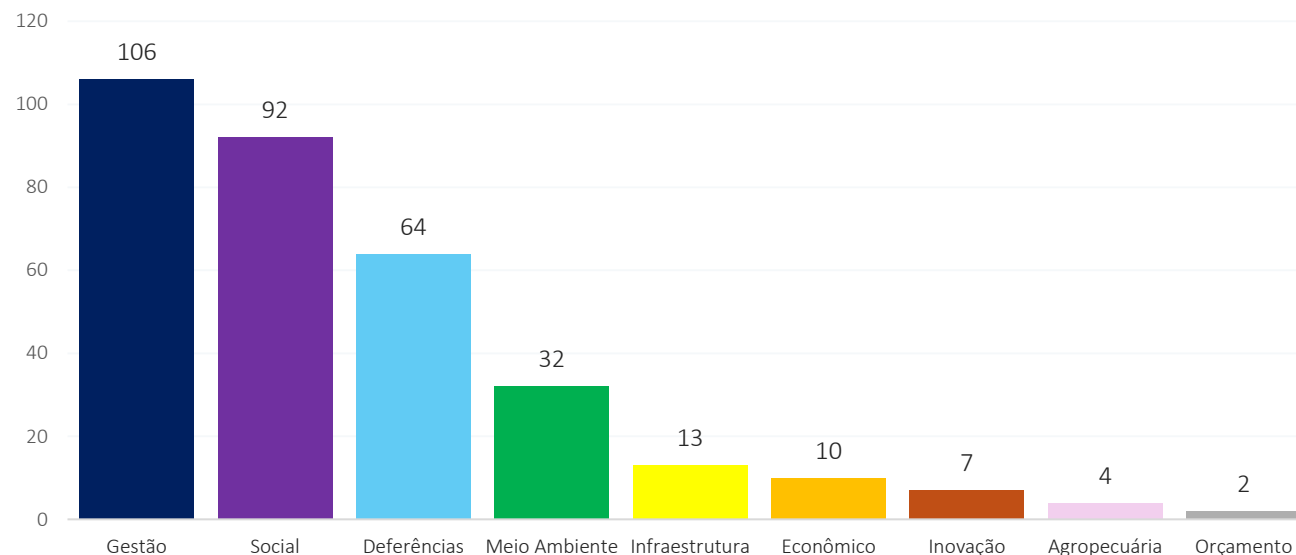
Dados legislativos ALEP entre fevereiro e março de 2026:

Gráfico - N de proposições por autores na ALEP em 2026:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ALEP.

Gráfico - N de proposições por tema na ALEP em 2026:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ALEP.

BALANÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO MÊS DE MARÇO

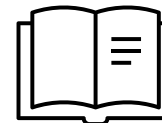
Mesmo em um ano marcado pelo calendário eleitoral, a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) mantém um **ritmo elevado de atividades**, refletido na apresentação de 340 proposições legislativas até o momento. O volume, que inclui projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e decretos legislativos, demonstra a continuidade da atuação parlamentar e a disputa por espaço na agenda pública, mesmo diante das limitações impostas pelo período.

Além da produção normativa, a dinâmica legislativa também se expressa na realização de 24 sessões ordinárias, 8 reuniões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e 42 horas de debates em plenário, indicando um ambiente ativo de deliberação e discussão política. As 17 audiências públicas, somadas às sessões solenes, de interiorização e às audiências externas, reforçam o esforço de interlocução com a sociedade e de descentralização das atividades parlamentares.

Esse conjunto de dados evidencia que, **embora o ano eleitoral tenda a influenciar o comportamento dos parlamentares, seja pela priorização de agendas de maior visibilidade**, seja pelo ritmo diferenciado das votações, a ALEP segue operando com intensidade, mantendo sua função de proposição, debate e fiscalização. Trata-se de um indicativo de que **a agenda legislativa continua sendo um espaço relevante de construção política e institucional**.

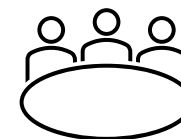
Nesse contexto, o Sistema Ocepar acompanha de forma sistemática toda essa produção legislativa por meio da equipe da Coordenação de Relações Institucionais, monitorando proposições, debates e movimentações políticas com o objetivo de subsidiar a atuação estratégica do cooperativismo no Estado.

Números do trabalho legislativo da ALEP em 2026:



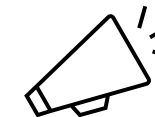
Total de proposições apresentas

Projetos de Lei: 331
Projetos de Lei Complementar: 4
Propostas de Emendas a Constituição: 3
Decretos Legislativos: 2
Total: 340



Audiências Públicas

Audiências Públicas realizadas: 17



Sessões Plenárias

Sessões Ordinárias: 24
Extraordinárias: 0
CCJ: 8 Reuniões
Debates: 42 horas de debate em plenário;



Demais eventos institucionais

Sessões Solenes: 11
Sessões de Interiorização: 2
Audiências Públicas externas: 4

PARTICIPAÇÃO DA OCEPAR NO DEBATE PÚBLICA DA ALEP

Ao longo de 2026, o Sistema Ocepar tem acompanhado de forma ativa as audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), contribuindo com o debate de temas estratégicos para o cooperativismo e para o desenvolvimento econômico do Estado. A participação nesses espaços reforça o compromisso institucional com a qualificação do debate público e com a construção de políticas alinhadas às demandas do setor.

Entre os destaques, está a audiência promovida pela Frente Parlamentar dos Combustíveis Renováveis, que abordou os impactos das dinâmicas geopolíticas sobre o preço do diesel. O debate evidenciou como fatores externos, como conflitos internacionais e oscilações no mercado global de energia, influenciam diretamente os custos logísticos e a competitividade do agronegócio brasileiro, reforçando a importância de alternativas como os biocombustíveis na estratégia energética nacional.

Outro momento relevante foi a audiência pública da Comissão de Orçamento dedicada ao Plano Plurianual (PPA), que destacou a importância do monitoramento contínuo das políticas públicas como instrumento de transparência e aprimoramento da gestão. Durante o encontro, foi ressaltado que o acompanhamento sistemático do PPA permite avaliar a coerência entre planejamento e execução orçamentária, contribuindo para maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A atuação da Ocepar nesses espaços evidencia a relevância do diálogo institucional com o Poder Legislativo, permitindo não apenas acompanhar, mas também contribuir com discussões que impactam diretamente o ambiente de negócios e o desenvolvimento sustentável do Paraná.



Audiência Pública sobre o Monitoramento do PPA:
Link com a reunião completa:

<https://www.youtube.com/watch?v=O5ZVEmlX-mw>


Link do momento da participação do Sistema OCEPAR:

https://www.youtube.com/live/O5ZVEmlX-mw?si=tg3_qBONO0VZxP19&t=4477

DESTAQUES DE NORMATIVOS DA SEMANA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ato	Data	Publicado	Órgão	Quem assina	Assunto(s)	Ementa	Seção	Página(s)	Íntegra
DECRETO Nº 13.101	30/03/2026	31/03/2026	Poder Executivo	CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR Governador do Estado/ JOÃO CARLOS ORTEGA Chefe da Casa Civil/ NORBERTO ANACLETO ORTIGARA Secretário de Estado da Fazenda	Fundo Estratégico do Estado do Paraná	Regulamenta a Lei nº 22.889, de 9 de dezembro de 2025, que institui o Fundo Estratégico do Estado do Paraná	Poder Executivo	03-09	 DECRETO Nº 13.101-EXECUTIVO.pdf - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Fonte: Elaboração própria com base em informações do Diário Oficial.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

